



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO



Conflitos entre a expansão do agronegócio e os compromissos internacionais de preservação ambiental na região da AMACRO (Amazônia Ocidental)

Lanna Jhenifer Dantas de Souza

**Mossoró
RN, 2025**



INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

A crise climática é, sem dúvida, uma das maiores ameaças à humanidade no século XXI. Nesse viés o conjunto de transformações rápidas e intensas no clima da Terra, causadas principalmente por atividades humanas, como o desmatamento e a queima de combustíveis fósseis, resultam no aquecimento global, elevação do nível do mar, perda de biodiversidade e aumento de eventos extremos como secas, enchentes e incêndios florestais. Mais do que um problema ambiental, trata-se de uma emergência global com profundas implicações sociais, econômicas, políticas e éticas. Fenômenos como o aumento da temperatura média do planeta, a intensificação de eventos climáticos extremos (secas, enchentes, furacões), a elevação do nível dos oceanos e o colapso de ecossistemas inteiros evidenciam a urgência de uma mudança radical nos modos de produção, consumo e ocupação territorial em escala planetária. No contexto brasileiro, esse desafio adquire uma dimensão ainda mais crítica devido à presença da maior floresta tropical do mundo: a Amazônia Legal.

Nesse cenário de contradições, destaca-se a região denominada AMACRO — acrônimo que representa os estados do Acre, Amazonas e Rondônia — como uma das novas fronteiras de expansão agrícola e pecuária, e, ao mesmo tempo, uma das mais críticas em termos de desmatamento e degradação ambiental. A Amazônia, com sua vasta biodiversidade, imensa capacidade de armazenamento de carbono e papel central na regulação do clima, é considerada um dos principais biomas estratégicos para conter o avanço do aquecimento global. Entretanto, paradoxalmente, é também um dos territórios mais pressionados por atividades econômicas predatórias, especialmente o agronegócio. A floresta, que deveria estar no centro das estratégias de mitigação climática, tornou-se palco de uma disputa desigual entre a lógica extrativista e os compromissos ambientais assumidos pelo Brasil em acordos internacionais.

Portanto, este trabalho tem como objetivo investigar os impactos da expansão do agronegócio na região da AMACRO sob a ótica da crise climática, destacando os principais vetores de desmatamento, os conflitos socioambientais gerados por esse processo e as implicações desse cenário para os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.



Nos últimos anos, a AMACRO tem sido impulsionada por políticas de incentivo ao desenvolvimento regional voltadas à integração da produção agrícola, à construção de infraestruturas logísticas (como rodovias e portos) e à consolidação da cadeia produtiva da carne e da soja. Com essa proposta, a região tem atraído grandes grupos econômicos e investimentos privados, que visam transformar vastas porções de floresta em pastagens e lavouras. No entanto, esse modelo de crescimento vem apresentando sérias consequências ambientais e sociais. O avanço da pecuária extensiva, por exemplo, tem se dado, em grande medida, por meio do desmatamento ilegal, da grilagem de terras públicas, da expulsão de comunidades tradicionais e da pressão sobre territórios indígenas ainda não demarcados. Segundo o relatório da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, 2013), a pecuária é responsável por cerca de 14,5% das emissões globais de gases de efeito estufa, contribuindo significativamente para as mudanças climáticas.

Ao mesmo tempo, os monocultivos de grãos, com alto uso de insumos químicos e mecanização, contribuem para o esgotamento dos solos, a contaminação dos corpos hídricos e a fragmentação dos ecossistemas.

Além dos impactos ambientais diretos — como a perda irreversível de biodiversidade, a degradação de nascentes e rios e o aumento da emissão de gases de efeito estufa —, há também consequências sociais graves. A expansão desordenada da fronteira agrícola está associada a conflitos fundiários, casos documentados de trabalho análogo à escravidão, aumento da violência no campo e enfraquecimento das políticas públicas de proteção ambiental e direitos humanos. Nesse contexto, a lógica do “progresso a qualquer custo” acaba por aprofundar desigualdades históricas e comprometer a sustentabilidade das futuras gerações.

Esse quadro contradiz diretamente os compromissos assumidos pelo Brasil em importantes tratados internacionais, como o Acordo de Paris, firmado em 2015 com o objetivo de reduzir as emissões globais de gases de efeito estufa, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). O ODS 13, que trata da ação contra a mudança do clima, e o ODS 15, voltado à vida terrestre, são sistematicamente violados quando o país permite ou incentiva práticas que favorecem o desmatamento e a degradação da Amazônia.



Além disso, há o risco real de que a imagem internacional do Brasil seja corroída, o que pode levar a sanções econômicas, barreiras comerciais e à perda de credibilidade em negociações multilaterais.

Nesse sentido, compreender a complexa dinâmica que envolve a expansão do agronegócio sobre a Amazônia — especialmente na região da AMACRO — torna-se essencial para refletir sobre o futuro do país em termos climáticos, sociais e diplomáticos. O conflito entre desenvolvimento econômico e responsabilidade ambiental não é uma exclusividade brasileira, mas aqui ele adquire contornos dramáticos por envolver uma das maiores riquezas naturais do planeta. O desafio é construir caminhos que não repitam os erros de um modelo insustentável, pautado na exploração predatória dos recursos naturais, mas que articulem justiça socioambiental, respeito aos povos da floresta e inovação econômica de baixo carbono.

De que maneira a política ambiental brasileira está alinhada e implementa as diretrizes estabelecidas nos acordos internacionais sobre mudanças climáticas?

A partir da análise de artigos científicos, dados oficiais e estudos recentes, pretende-se contribuir para o debate público sobre a urgência de uma transição para modelos de desenvolvimento mais sustentáveis, inclusivos e coerentes com os limites ecológicos do planeta.

OBJETIVOS

GERAL:

Analisar as contradições entre o avanço do agronegócio na Amazônia e os compromissos ambientais internacionais do Brasil, avaliando seus impactos políticos, econômicos e sociais.

ESPECÍFICOS:

Analisar, no período de 2000 a 2023, a relação entre a expansão da pecuária e da monocultura na região da AMACRO e o aumento do desmatamento, considerando seus impactos sobre os compromissos ambientais assumidos pelo Brasil em acordos internacionais. Analisar o papel do agronegócio e da pecuária no desmatamento da Amazônia Legal.



Verificar a conformidade das medidas de fiscalização, controle e implementação da política ambiental brasileira com os compromissos estabelecidos nos acordos internacionais sobre mudanças climáticas (como o Acordo de Paris e a Agenda 2030).

Identificar os principais impactos socioambientais e econômicos da expansão do agronegócio na região da AMACRO, com ênfase nos efeitos sobre comunidades tradicionais — especialmente povos indígenas, ribeirinhos e extrativistas —, nas relações comerciais internacionais do Brasil e no cumprimento dos compromissos assumidos em acordos multilaterais de preservação ambiental.

Avaliar os impactos da crise climática e do desmatamento, impulsionados pelo agronegócio na região da Amazônia Legal, especialmente nos setores da pecuária, agricultura e exportação de commodities, considerando os efeitos sobre a imagem e as relações comerciais internacionais do Brasil.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem explicativa com o objetivo de identificar causas e razões que levam à baixa conscientização de jovens em relação às crises climáticas, especialmente nas regiões urbanas periféricas. Ao adotar esse tipo de investigação, espera-se ir além da descrição de fenômenos para compreender as relações de causa e efeito entre a ausência de políticas públicas eficientes, a insuficiência de educação ambiental e o alheamento dos jovens quanto à gravidade das mudanças climáticas.

A abordagem científica da pesquisa é mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos para proporcionar uma análise mais ampla e precisa. A parte quantitativa busca levantar dados objetivos através de levantamentos e estatísticas existentes, como índices de conhecimento ambiental entre jovens, frequência de atividades ambientais em escolas públicas e participação juvenil em projetos de sustentabilidade. A parte qualitativa será desenvolvida por meio de análise de conteúdo de campanhas educativas, redes sociais e documentos institucionais, além da observação de práticas educativas e possíveis entrevistas exploratórias com professores ou agentes ambientais envolvidos em projetos voltados para a juventude.

A técnica de coleta adotada é a pesquisa bibliográfica. Essa técnica consiste em reunir e



analisar obras já publicadas, como livros, artigos científicos, relatórios técnicos, diretrizes governamentais, documentos de ONGs ambientais e dados divulgados por organizações reconhecidas como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A escolha dessa técnica se justifica pela necessidade de fundamentação teórica consistente e diversificada para compreender as múltiplas dimensões do problema climático e sua relação com a juventude.

A pesquisa bibliográfica permite a obtenção de uma ampla gama de informações que já foram analisadas por outros pesquisadores, garantindo, assim, um panorama confiável sobre o tema. Além disso, essa técnica se mostra adequada para o estágio atual da investigação, uma vez que o objetivo é elaborar um diagnóstico preliminar que servirá de base para pesquisas futuras de caráter empírico mais aprofundado, como estudos de caso em escolas públicas ou comunidades urbanas.

Com relação à população-alvo, o foco são os jovens brasileiros, especialmente os pertencentes às regiões urbanas periféricas, entre 15 e 24 anos. Essa faixa etária é escolhida por estar diretamente relacionada à construção de valores e hábitos de cidadania, além de representar um segmento com potencial transformador importante para o futuro da sociedade. Como a pesquisa é bibliográfica e não envolve diretamente sujeitos humanos, não haverá coleta direta de dados primários nem necessidade de seleção de amostra. Ainda assim, o universo observado será delimitado por meio dos dados estatísticos e análises disponíveis que abordem especificamente a juventude brasileira.

Os procedimentos de análise de dados baseiam-se na interpretação crítica do material bibliográfico reunido. O conteúdo dos textos será organizado em categorias temáticas que abordem: a percepção juvenil sobre mudanças climáticas, os desafios da educação ambiental no Brasil, as iniciativas governamentais e não governamentais voltadas para a juventude e o papel das mídias digitais na formação de consciência ambiental. Essa categorização permitirá a comparação de dados e a identificação de padrões, contradições e lacunas nas políticas e práticas existentes.

A análise de conteúdo será complementada por estatísticas descritivas extraídas de relatórios e pesquisas institucionais. Essa combinação entre análise qualitativa e quantitativa favorece uma compreensão mais abrangente e embasada do fenômeno em estudo. Serão utilizados gráficos, quadros e tabelas para sistematizar os dados, quando necessário, garantindo a clareza e a objetividade dos resultados apresentados.

Em relação aos aspectos éticos, por se tratar de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, não há envolvimento direto de seres humanos. Portanto, não é necessário submeter o projeto a um Comitê de Ética em Pesquisa. No entanto, é essencial garantir o rigor acadêmico na seleção das fontes, dando preferência a materiais confiáveis, atualizados e revisados por pares. Todas as fontes



utilizadas serão devidamente citadas de acordo com as normas da ABNT, respeitando os direitos autorais dos autores e das instituições envolvidas.

Espera-se que, ao final da pesquisa, seja possível produzir um panorama crítico sobre o distanciamento entre juventude e engajamento climático, identificando os principais fatores que contribuem para esse cenário e oferecendo sugestões de caminhos possíveis para fortalecer a atuação juvenil na luta por justiça ambiental. Ao optar por uma metodologia explicativa, mista e bibliográfica, a pesquisa oferece uma base sólida para reflexões futuras, contribuindo tanto para o campo acadêmico quanto para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

Assim, a Metodologia aqui descrita cumpre o papel de nortear o trabalho de forma clara, coerente e alinhada aos objetivos propostos, garantindo consistência científica e viabilidade técnica ao projeto. Acredita-se que essa abordagem seja capaz de oferecer resultados significativos, promovendo o debate e a conscientização sobre um dos maiores desafios contemporâneos: o enfrentamento das crises climáticas a partir do protagonismo juvenil.

HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

O desenvolvimento deste projeto interdisciplinar sobre a crise climática e seu entrelaçamento com o desenvolvimento econômico na Amazônia busca fomentar uma série de habilidades cognitivas, sociais, críticas, científicas e comunicativas nos participantes. A seguir, detalho essas habilidades divididas em campos estratégicos:

1. Compreensão crítica da realidade socioambiental

Ao se debruçar sobre a problemática do desmatamento e da expansão do agronegócio, o estudante será desafiado a perceber as contradições que envolvem o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil. Essa análise permitirá compreender como decisões políticas, econômicas e sociais interferem diretamente no meio ambiente e nas comunidades tradicionais. Ao longo do projeto, será incentivada a construção de um pensamento crítico e reflexivo, baseado em dados científicos e históricos, sobre as causas e consequências da crise climática na Amazônia.



2. Leitura e análise de dados científicos e geográficos

Os alunos irão trabalhar com mapas, gráficos, estatísticas, imagens de satélite e indicadores ambientais. Com isso, aprenderão a interpretar dados ambientais, como taxas de desmatamento, emissões de gases de efeito estufa e índices de queimadas, bem como a identificar correlações entre esses dados e o avanço das atividades econômicas. Essa habilidade é essencial para que se compreenda a dimensão técnica da crise e sua inserção em processos globais.

3. Articulação entre diferentes áreas do conhecimento

A proposta incentiva uma abordagem interdisciplinar, exigindo que os estudantes transitem entre áreas como Geografia, Biologia, Química, História, Sociologia, Economia e Língua Portuguesa. Assim, desenvolvem a capacidade de analisar um fenômeno complexo a partir de múltiplas perspectivas, reconhecendo que os problemas ambientais não se resolvem com soluções únicas e que exigem a articulação de saberes.

4. Produção de conteúdo científico e midiático

Durante o projeto, os estudantes irão produzir textos científicos, fichamentos de artigos, resumos, infográficos e carrosséis para redes sociais, utilizando uma linguagem acessível e embasada. Essa etapa promove a habilidade de transformação do conhecimento acadêmico em informação clara, didática e confiável para o público geral, combatendo a desinformação e fortalecendo o papel da ciência na sociedade.

5. Habilidades de pesquisa e investigação

Os alunos serão estimulados a buscar, selecionar, fichar e analisar fontes confiáveis, como artigos científicos, relatórios de ONGs, dados do IBGE, INPE, MAPBIOMAS, entre outros. O processo



investigativo será essencial para formar o olhar analítico e ético diante da informação, fortalecendo a habilidade de construção de conhecimento a partir de métodos científicos.

6. Debate, argumentação e oralidade

Ao longo do projeto, haverá momentos de debate, apresentação de seminários, rodas de conversa e discussões orientadas. Os estudantes serão desafiados a defender ideias com base em dados, respeitar diferentes opiniões, argumentar com coerência e clareza e exercitar o diálogo respeitoso. Essas são competências essenciais para a formação de cidadãos ativos e conscientes.

7. Planejamento e organização de ações coletivas

Trabalhar em grupo exige a capacidade de dividir tarefas, gerenciar prazos, elaborar planejamentos conjuntos e respeitar diferentes formas de pensar e agir. Durante a elaboração do carrossel, da legenda científica, do roteiro multimidiático e da apresentação oral, os alunos desenvolverão habilidades de liderança, cooperação, escuta ativa e resolução de conflitos.

8. Responsabilidade socioambiental

Através do contato direto com os impactos da crise climática, os estudantes desenvolverão uma consciência mais profunda sobre seu papel na sociedade e sobre as consequências das ações humanas no meio ambiente. Isso estimula uma postura ética, engajada e propositiva diante dos problemas ambientais, promovendo uma cultura de cuidado e sustentabilidade.

9. Criatividade e inovação

A necessidade de produzir conteúdos criativos, esteticamente atrativos e ao mesmo tempo informativos exige dos alunos o desenvolvimento de soluções originais, adequadas ao seu público e



à linguagem das redes sociais. Essa habilidade está relacionada à capacidade de inovar, adaptar linguagens e reinventar formas de comunicar o conhecimento científico.

10. Uso ético e crítico da tecnologia

A manipulação de ferramentas digitais como editores de imagem, Canva, Google Drive, geradores de QR Code, aplicativos de design e redes sociais será incentivada. Porém, mais do que o domínio técnico, o projeto promove uma reflexão crítica sobre o uso ético dessas tecnologias, sobre a responsabilidade ao compartilhar informações e sobre o papel da tecnologia como aliada da ciência e da cidadania.

Essas habilidades, combinadas, visam à formação integral do estudante, fortalecendo seu papel como sujeito ativo, pensante e transformador da realidade. O projeto, portanto, vai muito além de uma atividade avaliativa: ele se torna um exercício de cidadania, pertencimento e comprometimento com o futuro do planeta e das gerações que virão.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Mês	Atividades Previstas
Julho	Levantamento e fichamento das fontes bibliográficas e dados estatísticos.
Agosto	Levantamento e fichamento das fontes bibliográficas e dados estatísticos.
Setembro	Análise dos dados quantitativos (mapas, gráficos, relatórios).
Outubro	Análise qualitativa dos textos, redação da metodologia e do corpo da análise.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO



Novembro	Escrita da conclusão, revisão geral e elaboração do material de apresentação.
Dezembro	Apresentação final do projeto e entrega do relatório por escrito.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. S. et al. A crise climática no Brasil e a contradição do agronegócio sustentável. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Sustentabilidade*, v. 8, n. 1, p. 23-38, 2023. Disponível em: [link]. Acesso em: 17 jul. 2025.

BERNARDES, D. S. et al. Conflitos ambientais e políticas públicas na Amazônia: os limites do desenvolvimento econômico frente à crise climática. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 63, p. 74-92, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/91987>. Acesso em: 14 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm*. Brasília, DF: MMA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mma>. Acesso em: 13 jul. 2025.

ELIZANGELA, S. R. et al. O desmatamento e o avanço do agronegócio na região AMACRO: conflitos e impactos socioambientais. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 20, n. 1, p. 55-77, 2024. Disponível em: [link institucional, se houver]. Acesso em: 18 jul. 2025.

FAO. *Tackling Climate Change Through Livestock: A Global Assessment of Emissions and Mitigation Opportunities*. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2013. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i3437e/i3437e.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2025.

FERNANDES, C. A.; SOUSA, M. L. Agropecuária e mudanças climáticas: os limites da expansão agrícola na Amazônia brasileira. *Cadernos de Geografia*, v. 33, n. 1, p. 101-118, 2023. Disponível em: [link]. Acesso em: 13 jul. 2025.

KOHLER, M. R. et al. O desmatamento da Amazônia brasileira sob o prisma da pecuária: a degradação dos recursos hídricos no contexto da região norte de Mato Grosso. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 11, e66101119252, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/119252>. Acesso em: 12 jun. 2025.



LEITE, T. C. C. et al. O discurso ambiental e os impactos socioeconômicos do desmatamento na Amazônia: desafios da sustentabilidade. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, v. 19, n. 2, p. 45-60, 2024. Disponível em: [link]. Acesso em: 12 jul. 2025.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Agenda 2030*. Nova York, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 19 jul. 2025.

SANTOS, P. M. et al. Desenvolvimento sustentável na Amazônia: perspectivas e entraves no contexto das mudanças climáticas. *Revista Interdisciplinar de Meio Ambiente e Sustentabilidade*, v. 7, n. 2, p. 64-82, 2023. Disponível em: [link]. Acesso em: 19 jul. 2025.

SILVA, R. D. A. et al. Governança ambiental e desafios da conservação da Amazônia frente ao avanço do agronegócio. *Revista Ciência e Sustentabilidade*, v. 14, n. 3, p. 89-107, 2022. Disponível em: [link]. Acesso em: 13 jul. 2025.